

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	51
INTRODUÇÃO	53
A RÉGUA DE LESBOS NO DIREITO CRIMINAL	55
A atividade do legislativo x O trabalho do judiciário	55
Absolvição em crime de estupro presumido	61
Absolvição em crime de estupro presumido, pela teoria da relatividade	70
Absolvição em crime de estupro presumido, pelo princípio da relatividade	73
Absolvição: estupro presumido - prova incontestável	86
Em crime de estupro supremo admite, por analogia, o concubinato da ofendida com terceiro	98
Crime de atentado violento ao pudor não caracterizado por se tratar de prática de sexo grupal	101
Decisão do STF, em voto da lavra do Ministro Marco Aurélio, absolvição em crime de estupro presumido, pelo princípio da relatividade	110
Decisão do STF, em voto da lavra do Ministro Marco Aurélio, absolvição em crime de estupro presumido, pelo princípio da relatividade ..	112
Maternidade liberta acusada	122
DISCURSO DE SAUDAÇÃO AOS NOVOS JUÍZES, NA SOLENIDADE DE POSSE, EM SÃO PAULO	143

<i>DIREITOS DAS FUTURAS GERAÇÕES (Régis Bonvicino)</i>	151
<i>HOMEM É (“direitos das futuras gerações”)</i>	152
<i>CRIMINOLOGIA</i>	153

Volume I - DIREITO PENAL

<i>Capítulo I - DIREITO PENAL</i>	167
Noções de Direito Penal	167
História do Direito Penal	168
História do Direito Penal brasileiro	169
Brasil Império	170
Código Criminal de 1830	170
Código Penal da República	171
A Nova Parte Geral do Código Penal de 1984	172
 <i>Capítulo II - AS ESCOLAS PENAIS</i>	 179
Escola Clássica	179
Escola Positiva	182
A dinâmica do Direito	182
Garofalo e Enrico Ferri	183
A Pena na Escola Positiva	183
Método Indutivo	183
Da indução ou método indutivo	183
Diferença entre a Escola Clássica e a Positiva	185
Terceira Escola	185
Dirigibilidade	185
Nosso Código	186
Escola Sociológica francesa	186
Escola Sociológica alemã	187
A pena para a Escola Sociológica alemã	187
A Escola Penal Humanista	188
Legítima Defesa, o Estado de necessidade e a abolição dos crimes políticos	188
Idealismo Arrivista	188
A Escola Técnico-Jurídica	189
Escola Correccionalista	190

Capítulo III - FONTES DO DIREITO PENAL	193
Conceito	193
Fontes materiais	193
Fontes formais	194
Costumes	194
Os princípios gerais do Direito	195
Equidade	197
Princípios sistematizadores do Direito Penal	197
Princípio da legalidade	198
Princípio da legalidade escrita	198
Princípios da anterioridade e irretroatividade	199
Princípio da lesividade	199
Princípio da culpabilidade	200
Resp nº 46.424-2-RO – Crime de estupro presumido: o direito penal da culpa não se prescinde do elemento subjetivo - voto do Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro-STJ)	201
Princípio da culpabilidade quanto à imposição da sanção penal	209
Princípio da dignidade humana	210
A situação dos presídios no Brasil, em relato do Ministro Francisco de Assis Toledo	213
Secretário de segurança pública e promotor fecham os olhos para torturas sofridas por suspeito de homicídio	216
“A cortina de fumaça”	220
O caso Paulo Brito	223
Lei inibidora	231
Comissão da OAB	231
Princípio da pessoalidade	232
Princípio da individualização da pena	233
Formas de procedimento interpretativo	234
Equidade	234
Analogia	234
Doutrina	234
Jurisprudência	235
Tratados e convenções	235
Hermenêutica Penal	235
Interpretação quanto aos órgãos de que emana interpretação judicial ...	237
Interpretação autêntica	237

Interpretação doutrinária	237
Interpretação quanto aos meios utilizados interpretação gramatical ...	237
Elemento lógico	238
Elemento sistemático	238
Elemento teleológico	238
Elemento histórico	239
Tipos de Interpretação	239
Declaratória	239
Restritiva	240
Extensiva	240
Capítulo IV - A LEI PENAL NO TEMPO	241
Considerações	241
Princípios vetores	241
Princípio da irretroatividade	242
Princípio da retroatividade	242
Princípio da retroatividade benigna	242
Princípio da <i>novatio legis incriminadora</i>	243
Princípio da <i>abolitio criminis</i>	243
Princípio da <i>novatio legis in pejus</i>	244
Princípio da <i>novatio legis in melius</i>	244
Situação fática: Habeas corpus prática - Exemplo de retroatividade benigna	245
Princípio da ultratividade	253
A ultra-atividade da norma penal em branco	254
Combinação de leis	255
Lei intermediária	255
Vigência e revogação da lei	255
Revogação expressa ou tácita	256
Tempo do crime	256
A teoria da ação (ou da atividade)	257
A teoria do resultado	258
A teoria mista (Ubiquidade)	258
Posição do Código Penal	258
Aplicabilidade da teoria da atividade	258
Diferença entre subsidiariedade explícita e implícita	260
Princípio da consunção	260

Capítulo V - LEI PENAL NO ESPAÇO	263
Limites de validade da Lei Penal	263
A Lei Penal quanto ao espaço	263
Território	265
Faixa de 200 milhas	266
Teorias sobre o espaço aéreo	266
Local do crime	266
Crimes a distância	267
Lugar da tentativa	268
Delitos consumados e permanentes	269
Crime conexo	269
Crime complexo	269
Princípio da territorialidade e extraterritorialidade	270
Imunidades – Indenidades	275
Requisitos legais para a extradição conforme a Lei n. 6.815/80	280
Capítulo VI - CONTAGEM DE PRAZO	283
Frações não computadas na pena	285
Fração de dia e hora	285
As frações em cruzeiro	286
A fixação do valor do dia-multa	286
Capítulo VII - O CRIME	287
Conceito	287
Conceito formal	288
Conceito material	288
Conceito analítico	288
Objeto do crime	289
Objeto jurídico e objeto material	289
Objeto Jurídico	290
Objeto material	291
Pressupostos do crime	291
Sujeitos do crime	292
Sociedades civis ou comerciais	292
Sujeito ativo	293

Sujeito ativo e crimes próprios	293
Infrações penais	294
Código penal e a lei das contravenções	294
Tipos de crime	295
Crimes comissivos e omissivos	295
Crimes materiais	295
Crimes formais	296
Crime de dano e crime de perigo	296
Crime instantâneo	296
Crime permanente	297
Crime instantâneo de efeito permanente	297
Crimes de mera conduta	297
Crimes continuados	298
Crime principal	298
Crime acessório	298
Crime putativo	299
Crime simples	301
Crime qualificado	301
Crime privilegiado	301
Crime comum	301
Crime próprio	301
Crime de mão própria	302
Crime complexo	302
Crime exaurido	302
Crime de flagrante esperado	302
Crime de flagrante preparado	303
Crime impossível	303
Crime de empreendimento ou de atentado	303
Crime eventualmente permanente	303
Crime a prazo	303
Crime vago	304
Crime de impeto	304
Crime premeditado	304
Crime multitudinário	304
Crime habitual	304
Diferença entre o crime habitual e o crime continuado	304
Crime progressivo	305
Crime unissubsistente	305
Crime plurissubsistente	305
Crime unissubjetivo	305

Crime plurissubjetivo	306
Crime a distância	306
Crime plurilocal	306
Crime de opinião	306
Crime de ação múltipla ou de conteúdo variado	306
Crimes conexos	306
Crime funcional	307
Crime gratuito	307
Crime de circulação	307
Crime transeunte e não transeunte	307
Crime de trânsito	307
Crime internacional	307
Crime de ação pública	308
Crime de ação pública condicionada à representação	308
Crime de ação privada	308
Crime de ação privada condicionada à requisição	308
Crime de ação penal subsidiária	308
Crime preterdoloso	309
Crime de ação múltipla	309
Crime de mera suspeita, ou sem ação ou estático	309
Crime político-social	309
Crime falho ou sustado	309
Crime abandonado	310
Crimes hediondos	310
Conflito Aparente de Norma	310
Princípio de especialidade	310
Princípio de subsidiariedade	311
Princípio de consumação	312
Notas Bibliográficas	312

Capítulo VIII - FATO TÍPICO

Conceito	313
Função de garantia	313
Tipo e tipicidade	314
Elementos do tipo	314
Elementos objetivos ou descritivos do tipo	314
Elementos subjetivos do tipo	314
Elementos normativos do tipo	315
O dolo e a culpa como integrantes do tipo	315
Espécies de tipos	315

Capítulo IX - DA CONDUTA	319
Teorias que se propõem a explicar a conduta	319
Teoria natural ou causal	319
Teoria finalista	320
Diferença entre a ação da teoria finalista e a da teoria causal	321
Teoria social	321
Imputação Objetiva	322
Conduta	324
A vontade na conduta dolosa ou culposa	325
Ausência de conduta	325
Formas de condutas	325
Ação e omissão	325
Crimes omissivos próprios	326
Crimes comissivos por omissão	326
Relação de causalidade	326
Causalidade da omissão	327
Omissão no caso de tortura, drogas e crimes hediondos	327
 Capítulo X - DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE	 329
Considerações preliminares	329
Teorias	330
Teoria da equivalência dos acontecimentos causais da <i>conditio sine qua non</i>	330
Teoria da totalidade das condições	331
Teoria da causalidade adequada	331
Teoria da relevância jurídica	332
Fundamento jurídico do nexo de causalidade	332
Posição do garantidor	333
Resultado e evento	333
Causa e Condição	333
Causalidade na omissão	334
Superveniência causal	335
Nexo causal e erro	335
Concausa	336
 Capítulo XI - DO RESULTADO	 337
Conceito	337

Resultado e evento	337
Teorias	337
Controvérsia sobre a existência de crime sem resultado	338
Nexo causal e resultado	338
Conceito	338
Crimes qualificados pelo resultado	339
Unidade e pluralidade de resultados	339
Eliminação da responsabilidade objetiva	340

Capítulo XII - DOS CRIMES DOLOSOS E CULPOSOS

Do crime doloso - (Art. 18, I, CP)	341
Teorias	341
Dolo eventual	341
Espécies de dolo	342
Do Crime Culposo - (Art. 18, II - CP)	343
Conceito	343
Elementos da culpa	344
Elementos do fato típico culposo	344
Conduta culposa	345
Dever de cuidado objetivo	345
Graus de culpa	346
Formas de inobservância do cuidado exigível no crime culposo, ou formas de culpa	346
Espécies de culpa	346
Compensação de culpas	348
Concorrência de culpas	348
Excepcionalidade do crime culposo	348
Co-autoria e participação em crime culposo	349
Tentativa de crime culposo	349
Crime preterdoloso	349
Crime consumado	349
Iter criminis e tentativa	350
Cogitação	351
Os atos preparatórios	351
Atos de execução	351
Crítérios de distinção	352
Teoria adotada	352
Tentativa	352
Elementos da tentativa	352

Formas de tentativa: perfeita e imperfeita	353
Infrações que não admitem a tentativa	355
Aplicação da pena	356
Teoria subjetiva	356
Teoria objetiva	356
Desistência voluntária	356
Distinção entre desistência voluntária e arrependimento eficaz	358
Crime consumado	358
Atos anteriores	358
Crime impossível – Art. 17 – CP	359
Meio inidôneo	359
Ineficácia do meio e impropriedade do objeto	360
Arrependimento posterior	360
Reparação do dano antes da ação penal	360
Limite temporal	361
Súmula 554 do STF e o Art. 16 – CP	361
Situação fática, fixação da pena, levando em conta o <i>inter criminis</i> na tentativa	362
Situação fática – tentativa – arrependimento eficaz	381

Capítulo XIII - DA TIPICIDADE 387

Conceito	387
Elementos do tipo	388
Elementares	388
Espécies de elementares ou elementos	388
Classificação dos tipos penais	389
Tipicidade penal: tipicidade legal mais tipicidade conglobante	390
Tipos e Tipicidade	391
As intervenções cirúrgicas	392
Princípio da insignificância e da bagatela	392
Princípio da intervenção mínima	393
Conflito aparente das normas	393

Capítulo XIV - ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO 397

Conceito	397
Erro de tipo	399

Erro de tipo e exclusão do dolo	399
Erro evitável	400
Erro inevitável	400
Erro de proibição	401
A legítima defesa recíproca	402

Capítulo XV - DA ILICITUDE PENAL

Conceitos	403
Caráter objetivo da ilicitude	403
Ilcitude formal e material	404
Concepção unitária	404
Causas de justificação	405
Exclusão de ilicitude	405
Excesso punível	405
Causas supralegais	405
O estado de necessidade	406
A legítima defesa e o estado de necessidade	406
Requisitos constitutivos do estado de necessidade	407
Furto famélico	407
Vida em perigo	408
Estado de necessidade justificante e exculpante	408
Perigo. Dano	410
Inevitabilidade de lesão	410
Conflito de bens	410
Ponderação de bens e deveres	411
Elemento subjetivo	411
Reparação dos danos	411
Estado de necessidade	411
A legítima defesa	412
Origem da legítima defesa	413
Fundamentos da legítima defesa	415
Requisitos da legítima defesa	415
Agressão injusta	415
Atualidade ou iminência	416
Defesa de direito próprio ou de terceiro	416
Emprego de meios necessários	416
Emprego moderado dos meios	417
Excesso na defesa	417
Elemento subjetivo	419

Legítima defesa própria	419
Legítima defesa de terceiro	420
Legítima defesa da honra	421
Legítima defesa putativa	421
Legítima defesa putativa	422
Exercício regular de um direito	423
Exercício regulador de direito	424
Estrito cumprimento do dever legal	425
Causas de exclusão de culpabilidade	425
Coação irresistível	425
Obediência hierárquica	427
Quesitos – Obediência hierárquica	428
Coação moral irresistível	428
Quesitos – Coação moral irresistível	429
Coação Irresistível – com a vítima como próprio coator	430
Inexigibilidade de conduta diversa	432
Homicídio qualificado	432
Erro de proibição sobre a ilicitude do fato	433
Desclassificação de homicídio doloso para culposo	433
Tentativa de homicídio	434
Tentativa branca	434
Concurso de pessoas na tentativa de homicídio	435
Desclassificação da tentativa de homicídio para lesões corporais leves ou graves	436
Tentativa de infanticídio	436
Aborto provocado pela gestante (auto-aborto)	437
Aborto provocado por terceiro com consentimento da gestante – 1ª Série (referente à gestante)	437
Referente à terceira pessoa	438
Aborto qualificado pela ocorrência de qualquer das hipóteses do parágrafo unico do art. 126, do CP	438
Erro sobre elementos do tipo	439
Tentativa impossível ou falha (Tentativa Ineficaz)	439
Rixa	440
Homicídio privilegiado	440
Desclassificação de homicídio doloso para privilegiado (art. 121, § 1º, do CP)	440
Da embriaguez	441
As fases da embriaguez	442
Fase da embriaguez incompleta	442
Ausência do dolo	443

Fase da embriaguez completa	443
Fase da embriaguez letárgica	444
Tipos de embriagues	444
Embriaguez preordenada	444
Embriaguez voluntária	445
Embriaguez culposa	445
Imprudência	445
Embriaguez acidental	445
Inexistência de voluntariedade e da culpa	446
Embriaguez patológica	446
Embriaguez habitual	446
Prova da embriaguez	447
Estrutura da <i>actio libera in causa</i>	448
Fases da <i>actio libera in causa</i>	449
Ofendículos	451
Natureza jurídica	451
Imputabilidade	453
Doença mental	454
Exame médico-legal	455
Responsabilidade diminuída	455
Critérios para fixação da inimputabilidade por doença mental	456
Hipóteses abrangidas pelo termo “doença mental”	457
Psicose	457
Neurose	457
Sonambulismo, hipnose e estados de completa inconsciência	458
Hipóteses abrangidas pelo termo “desenvolvimento mental retardado”	458
Hipóteses abrangidas pelo termo “desenvolvimento mental incompleto”	458
Menores de 18 anos	458
Surdo-mudo	458
Indígenas	459
Semi-imputabilidade	459
Emoção e paixão	459
Crimes passionais	461
Notas bibliográficas	486

Capítulo XVI - DO CONCURSO DE PESSOAS 489

Divisão do concurso de pessoas	490
--------------------------------------	-----

Co-autoria	490
Convergência de vontades	490
Co-autoria: nem sempre há vários agentes	491
Co-autoria dolosa e culposa	492
Participação	493
Natureza	493
Outras opiniões acerca da natureza da participação	494
Participação e favorecimento	495
Requisitos da participação	497
Aspecto interno da acessoriedade	497
Aspecto externo	497
Problemas particulares da participação	497
Formas especiais de configuração	497
Erro na participação	498
Autoria mediata	499
Autoria colateral	500
Comunicabilidade das circunstâncias	500
Circunstâncias de caráter pessoal	501
Casos de impunibilidade	501
Ajuste	502
Determinação	502
Instigação	502
Auxílio	503
Agravantes no caso de concurso de pessoas	503
Incitação ao crime	504
Capítulo XVII - DA PENA	505
Das penas em geral	505
Conceito de pena	509
Finalidades	509
Princípios da sanção penal	509
Medida de segurança	511
Classificação das penas	511
Transação	512
Penas acessórias	512
Capítulo XVIII - DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	513
Reclusão e detenção	513

Regime de execução	514
Regras do regime fechado	515
O regime fechado e a Lei dos Crimes Hediondos	515
Caso fático - Em 1993, juiz, de primeiro grau, julgou inconstitucional o § 1º do art. 2º, da lei 8.072/90	518
Destinatários do regime fechado	525
Exame criminológico	525
Trabalho do preso	527
Outros aspectos do dia-a-dia do regime fechado	528
Regime semi-aberto	528
Conceito e estabelecimento de execução	528
Destinatário	528
Regressão	528
Obrigatoriedade do exame criminológico	529
Trabalho diurno e repouso noturno	529
Frequência a curso educacional e visitas à família	529
Saída temporária	529
Regime Aberto	530
Destinatários	530
Julgados pelo STJ para cumprimento de pena na residência do con- denado – por falta, na comarca, da casa do albergado	540
Regime Especial	555
Mulheres cumprem pena em regime próprio	555
Direitos do Preso	555
Transferência para outra comarca	556
Remuneração pelo trabalho do preso	558
Destinação do salário	558
Legislação especial	559
Superveniência de doença mental	559
Substituição	559
Detração	560
 Capítulo XIX - PRÁTICA - PETIÇÕES	 563
Progressão do regime fechado para semi-aberto	564

Pedido de cumprimento de pena em regime domiciliar, por falta de casa para albergado	570
Expedição de guia provisória para cumprimento de pena, em regime menos gravoso, em face de regime definido em sentença - caso 1: requer expedição de guia provisória	572
Requer expedição de guia provisória	574
Condenado em regime semi-aberto - pedido para aguardar no regime semi-aberto, na casa de prisão provisória, sem transferência para o centro penitenciário, enquanto o recurso não for julgado e a decisão não transitar em julgado	580
Pedido de progressão do regime semi-aberto para o aberto	582
Pedido de prisão domiciliar -deferido	584
Pedido para cumprimento da pena em comarca de outro estado ...	586
Comutação de pena e saída temporária	591
Pedido deferido - agravo em execução	593
Pedido para cumprimento de pena em presídio feminino, em outra comarca próximo à família	604
Parecer do ministério público	607
Incidente de desvio na execução da pena	609
Pedido de unificação de penas - condenado a pena superior a 30 anos	612
Pedido de indulto	616
Certidão carcerária e laudo da comissão técnica de classificação instruindo a petição retro	618
Desvio em execução de pena	619
Embargos de declaração	622
Síntese da lei de execução penal - lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 do objeto e da aplicação da lei de execução penal	624
Capítulo XX - DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	633
Ocasão para aplicação	633
Aplicação aos crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes	634
Requisitos para a aplicação	634
Pedido de aplicação da pena substitutiva de liberdade, por prestação de serviço, art. 44, lei 9.714/98, crime de tóxico	636
Reincidência genérica ou específica em crime doloso	643
Conversão em pena privativa de liberdade	643

Conversão das penas restritivas de direito	643
Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	644
Prestação de serviços	644
Local de cumprimento	645
Interdição temporária de direitos	645
Cabimento	645
Confronto	646
Limitação de fim de semana	646
Tempo de cumprimento	646
Alteração	646

Capítulo XXI - PENA DE MULTA

Previsão das penas de multa	649
Fundamentação	649
Data-base para correção monetária	650
Sursis	650
Parcelamento da cobrança	650
Pagamento da multa	651
Alteração pela Lei n. 9.268/96	652
Da cominação das penas	652
Penas privativas de liberdade	652
Penas restritivas de direitos	652
Penas de interdição	653
Pena de multa	653

Capítulo XXII - DA APLICAÇÃO DA PENA

Fixação da pena	655
Individualização da pena	655
As circunstâncias judiciais	657
Culpabilidade do agente	657
Antecedentes do agente	658
Conduta social do agente	658
A personalidade do agente	659
Motivos do crime	659
Circunstâncias do crime	660
Conseqüências do crime	661

Comportamento da vítima	661
Critérios especiais da pena de multa	661
Multa substitutiva	662
Circunstâncias agravantes	662
Agravantes no caso de concurso de pessoas	663
Reincidência	663
Circunstâncias atenuantes	664
Pena atenuada em razão de circunstância relevante	665
Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes	665
Atenuante de confissão espontânea perante a autoridade	665
Co-culpabilidade	666
Circunstâncias atenuantes inominadas (art. 66)	666
Cálculo da pena	666
Aplicação da Pena	667
Princípio da não-prévia culpabilidade	668
Imperiosidade da motivação em relação ao <i>quantum</i> da pena	668
Capítulo XXIII - CONCURSO DE CRIMES	671
Concurso material	672
Concurso formal	673
Crime continuado e concurso de crimes	675
Capítulo XXIV - DO ERRO NA EXECUÇÃO	687
<i>Aberratio ictus</i>	687
<i>Aberratio criminis</i>	688
Capítulo XXV - LIMITE DE CUMPRIMENTO DAS PENAS	691
Na lei dos crimes hediondos	692
No concurso de infrações (Art. 76)	692
Capítulo XXVI - DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	693
Requisitos	693

Revogação	694
Revogação obrigatória	695
Causas de revogação obrigatória	695
Revogação facultativa	695
Causas de revogação facultativa	695
Prorrogação do período de prova	696
Cumprimento das condições	696
Lei n. 9.714/98	696
Revelia	696
Período de duração	697
Audiência admonitória	697
Sursis	697
Tipos de sursis	697
Declaração obrigatória	698

Capítulo XXVII - DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

699

Requisitos	699
Soma de penas	700
Condições para o livramento	701
Cerimônia de concessão de livramento	702
Revogação do livramento	702
Revogação facultativa	702
Efeitos da revogação	702
Extinção da pena	703
Prorrogação do período de prova	703

Capítulo XXVIII - EFEITOS DA CONDENAÇÃO

705

Efeitos genéricos e específicos	705
Outros efeitos da condenação	706
Efeitos penais da condenação	707
Efeitos penais secundários	707
Efeitos extrapenais da condenação	708
Obrigação de indenizar	708
Perda em favor da União	708
Produto do crime ou qualquer bem de valor	709

Entorpecentes	709
Preconceito ou discriminação	709
Lavagem de dinheiro	709
 Capítulo XXIX - DA REABILITAÇÃO	 711
Da reabilitação no código penal	711
Da reabilitação no Processo Penal	712
 Capítulo XXX - DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	 717
Espécies	717
Espécie de medida de segurança	717
Imposição da medida de segurança para inimputável	717
Aplicação da medida de segurança para o semi-imputável	718
Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável ...	718
Pressupostos para a aplicação de medida de segurança	718
Princípios da legalidade	719
Prazo	719
Perícia médica	719
Desinternação ou liberação condicional	719
Direitos do internado	720
Outras características das medidas de segurança	721
Medida de segurança provisória	721
Prescrição da medida de segurança	721
 Caso concreto: condenação convertida em medida de segurança em face de doença superveniente	 722
 Capítulo XXXI - DA AÇÃO PENAL	 735
Definição	735
Ação pública e de iniciativa privada	735
Divisão da ação penal – Pública e de iniciativa privada	736
Ação penal no crime complexo	736
Irretratabilidade da representação	737

Decadência do direito de queixa ou de representação	737
Renúncia expressa ou tácita do direito de queixa	737
Perdão do ofendido	738
Princípios da ação penal pública	738
Extinção da punibilidade	739

Capítulo XXXII - DA PRESCRIÇÃO

741

Definição	741
Natureza jurídica	743
Prescrição antes de transitar em julgado a sentença	743
Prescrição das penas restritivas de direito	744
Prescrição depois de transitar em julgado sentença final condenatória ..	744
Termo inicial da prescrição antes de transitar em julgado a sentença final	745
Termo inicial da prescrição após a sentença condenatória irrecorrível ...	745
Prescrição no caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional	745
Prescrição da multa	746
Redução dos prazos de prescrição	746
Causas impeditivas da prescrição	746
Causas interruptivas da prescrição	747
Perdão judicial	747
A prescrição e a Lei n. 9.271/96	748
Crimes imprescritíveis	748
Diferença entre prescrição da decadência e prescrição da preempção ...	748
Prescrição intercorrente e prescrição retroativa	749
Prescrição antecipada	749
Prescrição da pretensão executória	750
Demonstração gráfica da prescrição (pretensão punitiva)	750
Prescrição pela pretensão executória	751
Prescrição da ação	752
Prescrição da ação pelo decurso do prazo	754
Extinção da punibilidade, pelo pretensão executória	756
Extinção de punibilidade, art. 109, IV c/c 110 CP	758
Extinção da punibilidade, art. 109 c/c 115 – CP	760
Prescrição antecipada	762
Prescrição antecipada	764